

COMISSÃO DA VERDADE INVESTIGA NAVIO-PRISÃO “RAUL SOARES”

Maurici de Oliveira
Jornalista



Mal teve início a Ditadura Militar, em abril de 1964, um diversificado grupo de presos políticos — constituído por sindicalistas, estudantes, militares dissidentes e os jovens professores da USP Boris Vargaftig, Luiz Hildebrando Pereira e Thomas Maack — foi confinado num antigo navio de passageiros, rebocado do Rio de Janeiro para o litoral paulista com esta finalidade. Muitos permaneceram por meses no improvisado presídio flutuante. A pedido da Câmara Municipal de Santos, a CNV está investigando esse ainda pouco conhecido episódio

Às vésperas de completar meio século, uma ferida aberta pela Ditadura Militar na sociedade santista e no Brasil poderá, enfim, cicatrizar? Uma das maiores agressões do regime militar à cidade de Santos, a prisão de dezenas de ativistas e personalidades de esquerda no navio “Raul Soares”, levado para lá em 1964, já com a finalidade de servir de presídio político, está sendo investigada pela Comissão Nacional da Verdade.

O episódio afetou para sempre a vida de centenas de pessoas. O navio tornou-se símbolo da repressão ao ativismo político e sindical. Quem ordenou a vinda do “Raul Soares” para Santos, a fim de intimidar e atemorizar a resistência ao golpe militar, sabendo-se que Marinha, Exército e Polícia Marítima cooperaram na manutenção do improvisado presídio flutuante? Detentor, à época, do cargo de capitão dos portos de São Paulo, que assumiu em 1º de abril de 1964, quando tinha a patente de capitão-de-mar-e-guerra, o hoje almirante da reserva Júlio de Sá Bierrenbach já foi ouvido em sigilo pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Ex-presos e seus familiares sentem até hoje os efeitos da truculência e da perseguição pela Ditadura Militar. Alguns perderam a saúde ou a vida logo após o episódio, como ocorreu com o líder sindical Waldemar Neves Guerra. Os remanescentes viveram o desemprego, a ruína econômica, alguns apresentam sequelas físicas ou psicológicas. Hoje anistiados, ainda não é raro terem pensões suspensas ou questionadas.

Apesar das sombras ainda presentes, a jornalista e escritora Lídia

Maria de Melo, filha do ex-líder sindical Iradil dos Santos Mello, e os ex-colegas de cárcere Ademar dos Santos e Vitorino Nogueira, vencendo resistências familiares, enfrentam o tema e conseguem falar a respeito. Vidas marcadas pela intolerância de um regime político que, espera-se, nunca volte a ocorrer. Em novembro de 2012, o vereador Marcus de Rosis (PMDB) apresentou e teve aprovado em plenário na Câmara Municipal de Santos um requerimento ao governo federal para que a CNV apurasse o fato histórico.

Eletrotécnico na Companhia das Docas, aos 29 anos, casado e já com dois filhos, o portuário Ademar dos Santos foi encaminhado ao “Raul Soares”. Esteve preso 92 dias, incomunicável. Também ouvido na CNV, Ademarzinho, como é conhecido, lembra detalhes, situações, conversas, nomes de civis e militares, lugares, contexto político e social, e cada momento da prisão e suas consequências.

À *Revista Adusp*, Ademarzinho exibe um documento assinado pelo então capitão dos portos Bierrenbach, que confirma a data de sua prisão: 17 de junho de 1964. Logo após o golpe de 31 de março e a invasão dos sindicatos, ele já havia sido chamado a prestar depoimento. “Todo mundo do sindicato já tinha sido procurado e eu ainda não. Eu sabia que ia ser preso. Procurei o advogado Eraldo Aurélio Franzese, que fez uma carta pedindo a minha volta à empresa, uma vez que não estava mais exercendo mandato sindical, [o Sindicato dos Portuários estava] sob intervenção”. A resposta foi negativa, pois Ademar agora respondia a



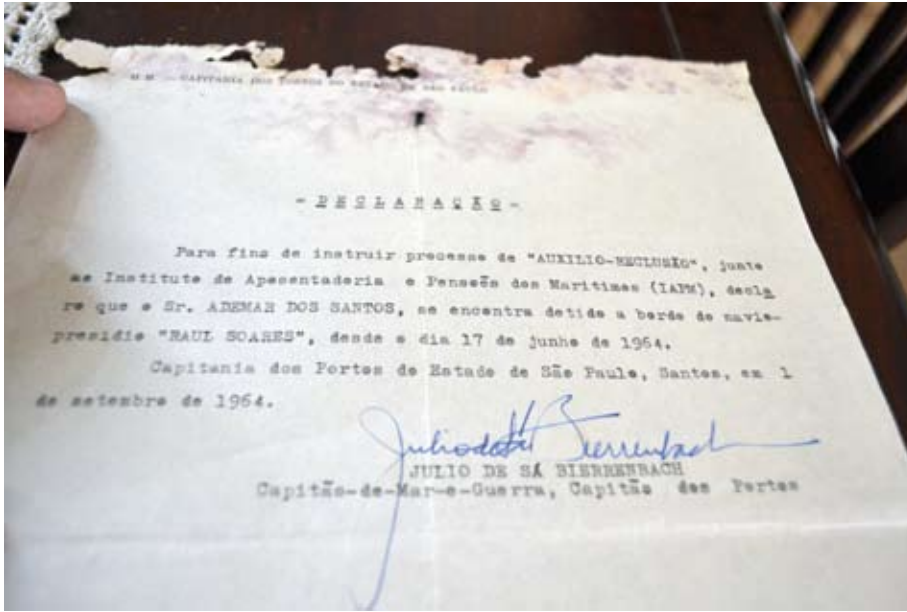
Ademar dos Santos

processo. A solução provisória, adotada por chefes aos quais manifesta gratidão, foi colocá-lo de férias.

“Meu camarote era o 29”, conta o ex-presos Ademarzinho. “Estava escrito: ‘Carpinteiro’. Pensei: ‘Jesus foi carpinteiro, meu avô foi carpinteiro naval. Estou em casa’. Neste camarote fiquei 92 dias, incomunicável. Um tenente, Hugo Panasco, me perseguiu do primeiro ao último dia”

“Em 16 de junho, e eu tenho este documento, um carro da companhia foi à minha casa. Era um policial ci-

Victor Martins



Capitão dos Portos Birrenbach reconhece aqui a prisão de Ademarzinho

vil das Docas; meu colega, que jogou bola comigo: ‘Acho que você vai ser preso’. Eu fui, tomaram meu depoimento e eu fui dispensado. No outro dia, eu estava no quintal, limpando uma vala com enxada, e novamente vieram me buscar. Era para ir ao departamento de pessoal. Tinha um envelope amarelo pronto, com ordem de prisão. Me colocaram em um camburão e me levaram. Tomei o cuidado de ver se o cano do escapamento não estava para dentro, como faziam os nazistas. Só percebi a direção quando ouvi o barulho da ponte pênsil (em São Vicente). Me levaram para o Itaipu (fortaleza militar do Exército em Praia Grande). Fiquei aquela noite e o dia seguinte, até 3 ou 4 horas da tarde. Outra viatura me pegou e me trouxeram para o quartel dos fuzileiros navais, no fim da avenida Afonso Pena, em Santos. Fiquei de um a dois dias, soube que o Manoel Tenório Cavalcante, do sindicato, também estava lá. Uma viatura veio para me levar ao ‘Raul Soares’. Tirei a aliança, o

cortador de unhas, 40 ou 50 cruzeiros e coloquei num envelope. O oficial era o tenente Mário, em uma guarnição da Marinha, mas sob a tutela da Polícia Marítima”.

Militares suspeitos, ou que não participaram do golpe que depôs Jango, também estiveram presos no navio, em setor separado dos presos políticos. “A Polícia Marítima, que era estadual, tomava conta da gente; e a Marinha tomava conta deles”, relata Ademarzinho.

Na chegada ao cais, dezenas de pessoas aguardavam. “Eu vi homens de 60 anos, senhores, chorando. Foi comovente. Um amigo, franzino, me surpreendeu diante de um enorme guarda da Marítima. ‘Ele é meu amigo, posso ir falar com ele?’, disse. A contragosto o guarda permitiu. Ele me perguntou se eu tinha cigarro e falamos rapidamente”, lembra o ex-sindicalista.

“Com o tenente Mário, desce-mos a escada e chegamos. Ele disse: ‘O senhor vai ficar aqui’. Meu camarote era o 29. Em cima estava

escrito: ‘Carpinteiro’. Era um bom camarote do tempo em que o navio era um transatlântico. Pensei: ‘Jesus era carpinteiro e meu avô foi carpinteiro naval; eu vou ficar preso no camarote do carpinteiro, estou em casa’. Neste camarote eu fiquei 92 dias, incomunicável”.

Sair dali, conta Ademarzinho, só mesmo para buscar a comida, no convés, e ir ao banheiro. “Havia um tenente, Hugo Panasco Alvim Filho, que me perseguiu desde que chegou a bordo, do primeiro ao último dia. Ele me escalava para as tarefas mais humilhantes, me mandava limpar ou desentupir latrinas. Uma vez eu estava dando brilho em um corrimão, e disse que se ele me dava aquelas atribuições para me humilhar estava enganado, porque eu era especialista naquilo. Saiu bufando. Mas era muito humilhante, por exemplo, fazer as necessidades fisiológicas sendo olhado por um guarda com uma metralhadora na mão”.

“Preso na proa do navio, não dava para saber o que estava ocorrendo na popa”, explica Ademarzinho. Mas, com o tempo, ele descobriu como se inteirar do que se passava: “Aquilo era um navio, aliás uma sucata, e pelo duto da descarga dava para se ouvir”

RR.232/67)-Absolvido, do IPM da Orla Marítima, em que estava indiciado, por subversão, pelo Juiz Titular da II Auditoria de Guerra, p/ absoluta falta de provas.

Prontuário de Ademarzinho, absolvido pela Auditoria de Guerra "por absoluta falta de provas"

Na embarcação, além de portuários e militares, havia “engenheiro, médico, advogado, estudantes, gente de todas as categorias”. Sobre o cotidiano do cárcere, relata que não podia saber de tudo que o que ocorria: “Preso na proa do navio, não dava para saber o que estava ocorrendo na popa”. Com o tempo, descobriu como quebrar o silêncio: “Aquilo era um navio, aliás uma sucata, e pelo duto da descarga dava para se ouvir [as conversas]”.

Hoje, com diversos problemas de saúde surgidos desde a prisão e as torturas psicológicas, Ademarzinho toma calmantes. “Sou meio destrambelhado”, avisa. No inquérito a que respondeu, pesaram contra ele algumas atividades políticas e trabalhistas: “Estive em lugares que me comprometeram muito. Em dois deles, fui escolhido em assembleia, com ata e tudo”.

As ligações de Ademarzinho com lideranças da esquerda, eis o que queriam saber os militares que o interrogavam. “Um oficial me chamava às 4 da tarde e ficava até 3 da manhã. Ia embora e vinha outro. Eu não podia dormir. Apareci numa foto de jornal, na terceira fila de um evento político no Rio de Janeiro. Sabe quem estava lá? O cabo Anselmo, que se envolveu em luta armada. Eu e o presidente do sindicato, Manoel de Almeida, estávamos no Rio de Janeiro para um debate sobre a demarcação de uma área insalubre

em Santos. O evento foi cancelado pelo ministro do Trabalho e fomos convidados para uma festa. A Associação dos Marinheiros estava comemorando dois anos, e ia homenagear o marinheiro João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata”. Jornal em mãos, os interrogadores de Ademar queriam saber qual a sua “missão” naquele evento político.

A ida a um congresso de trabalhadores em minérios, em Belo Horizonte, também rendeu suspeitas e acusações. “Os mineiros queriam um aumento e a empresa estava irredutível. Tirados em assembleia, a delegação era eu, Nelson Salinas Meira e Elmo Poderoso Giangiulio. Um advogado subiu para falar e a multidão quis invadir. Quem tomou a palavra e pôs ordem foi o Leonel Brizola. Também estavam lá o Miguel Arraes e o Francisco Julião, líder das ligas camponesas do Nordeste. Quando pegaram meu nome e o de outros, naquele encontro, queriam saber qual era a missão que o Partido Comunista tinha dado para mim. Eu disse que levava apenas uma representação do nosso sindicato, em solidariedade”.

Naquele fatídico primeiro trimestre de 1964, o portuário santista estivera ainda no famoso comício da Central do Brasil, em que Jango anunciou as chamadas “reformas de base”. Nesta viagem, o chefe da delegação de Santos era Iradil dos Santos Mello, um

dos que ficariam trancafiados no navio-prisão. A história de Iradil é relatada no livro *Raul Soares, um navio tatuado em nós*, de autoria de sua filha Lídia Maria.

Segundo Ademarzinho, dos 129 acusados no Inquérito Policial-Militar (IPM) da Orla Marítima, ele foi o primeiro a ser ouvido. “Por uma simples razão, a ordem alfabética”. Na sua visão, a ação em Santos deu-se claramente para uma contraposição à força do movimento sindical. “A cidade de Santos sempre foi muito visada por causa do setor portuário e das greves”.

“A Ditadura acabou com tudo, ficamos sem nada, trabalhamos que nem condenados. Não tinha emprego, não tinha casa, tinha de me sujeitar. Foi bastante duro”, diz Vitorino Nogueira, ex-presos. “Na minha condenação puseram ‘comunista confesso’. Nunca fui de Partido Comunista e não confessei nada”

Fotos: Cecília Bastos (Jornal da USP)

**Thomas Maack**

Vitorino Nogueira, hoje com 86 anos, da turma de capatazia das Docas à época do golpe, diz ser um dos que mais tempo ficaram presos. Também é um dos poucos condenados nos processos militares. “Não matei e não roubei ninguém, mas fui condenado. A sentença: comunista confesso. Eu nunca fui de Partido Comunista. Foi tudo uma canalhice”.

Vitorino estava no Sindicato dos Operários Portuários no dia 1º de abril de 1964. Foi sua primeira prisão, que durou 27 dias. Libertado, começou a responder a processo. Tinha então 38 anos, era casado e sua única filha estava com oito anos. Dois meses após sua liberação, foi chamado novamente para interrogatório. Sem responder o que os militares queriam ouvir, sem assinar confissões ou fazer acusações a terceiros, foi mandado para o navio-presídio. “Fiquei no porão com outros presos, só subia para pegar a comida. Me acusavam de ter feito uma operação-tartaruga e queriam

**Boris Vargaftig**

que eu acusasse os amigos, mas não tinha do que acusar. Claro que eu não fiz isso. Foi muita barbaridade, da cadeia até o navio”, afirma.

No porão do “Raul Soares”, Vitorino preocupava-se com a esposa. “Ela sofreu muito, foram prendê-la em casa. Por isso ela tem medo”, explica o ex-presos político, diante das preocupações manifestadas por Malvina Cardoso Nogueira, sua companheira há 63 anos. Malvina supera finalmente os receios e resolve falar ao repórter: “Ele estava preso. Vieram me pegar para dar depoimento. Saí de casa com a minha filha. Queriam que eu a deixasse numa sala, mas com medo não aceitei e ela ficou comigo. Punham coisas na minha frente e diziam: ‘A senhora viu isso na sua casa, viu essas pessoas?’ E eu nunca tinha visto nada, nem ninguém. A menina perdia aula por causa disso e perdeu um ano no colégio. Rondavam a casa à noite. Agora, depois de tanto tempo, a gente ainda não esquece”.

Resultado dos traumas da época, Vitorino não tem mais nenhum documento do período em casa. Na tentativa de apagar o fato da memória, todas as lembranças foram eliminadas pela família. Resta apenas um recorte de jornal, de 1984, quando ele e outros anistiados conseguiram a aposentadoria. Depois do “Raul Soares”, onde passou dois meses, ele tentou voltar ao posto nas Docas. Soube que estava demitido. Começaram a se avolumar os problemas. “Ninguém arrumava emprego. Eu era considerado comunista”, relata.

Em 1965 Vitorino foi preso novamente. “Vieram me pegar. Eu disse que ia me despedir da esposa e eles disseram: ‘É rápido, depois você fala com ela’. Me levaram e fiquei mais dois meses na prisão. Em 1966, novamente: fui preso em 30 de janeiro e só me soltaram em 30 de dezembro. Daquele cais, o que mais tempo passou preso fui eu. Também sou um dos poucos condenados, e por ser comunista confesso”.

Sobre as motivações do golpe e do envio do “Raul Soares” a Santos, Vitorino considera tudo feito para amedrontar. “Não há mágoa, já morreram todos eles. Mas a Ditadura acabou com tudo, ficamos sem nada, trabalhamos que nem condenados. Não foi fácil, não tinha emprego, não tinha casa, tinha de me sujeitar. Foi bastante duro”, resume. “Fui condenado por ser suplente do sindicato, não era de partido. Dos quatro condenados, só eu não era do Partido Comunista. Me acusavam de ter feito uma operação-tartaruga,

mas na minha condenação puse-ram ‘comunista confesso’. Eu não confessei nada”, explica Vitorino, que começou a trabalhar nas Docas em 1952.

Na cabine ao lado da caldeira teria sido torturado o líder portuário Waldemar Guerra. O estudante Tomochi Sumida, diretor da UNE, foi trancado numa espécie de frigorífico. “Tortura fizeram com a mãe dele”, revela Ademarzinho. “Ela dormiu quatro ou cinco noites no flutuante, pedindo para ver o filho. Crueldade”

O ex-sindicalista confirma relatos de tortura física e psicológica a bordo. Era comum ouvir que o navio seria rebocado e afundado em alto mar. Ele indica possíveis lugares de tortura, como a cabine ao lado da caldeira. Nela, o líder sindical Waldemar Neves Guerra teria seu quadro de saúde agravado, o que posteriormente, acredita-se, veio a provocar sua morte. Presidente do Sindicato da Administração Portuária, Guerra havia lutado na Itália, como soldado da Força Expedicionária Brasileira.

Tomochi Sumida, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), é outro que teria sido torturado. Sobre este, Ademar dos Santos revelou: “Tortura foi o que fizeram com a mãe dele. Ela dormiu umas quatro ou cinco noites no flutuante, pedindo para ver o filho. Uma crueldade”. Outro preso político, personagem citado em livro e nos depoimentos, Zeca da Marinha, um estivador, teria enlouquecido no navio. Entrava no chuveiro e não saía. Acendia o cigarro e queimava até ferir o dedo. Era preciso alimentá-lo.

O comando da operação envolvendo o “Raul Soares” era da Marinha. O Exército atuou conjuntamente, tanto no porto, quanto na ocupação da Refinaria Presidente Bernardes, foco de resistência em Cubatão, e que ficou parada 21 dias. Nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS), chama a atenção uma ficha com o nome do comandante da operação. “Júlio de Sá Bierrenbach, nomeado para a Capitania dos Portos do Estado de São Paulo no início do movimento revolucionário e democrático, abril de 1964, encarregado do Inquérito Policial Militar da Orla Marítima, em Santos”. O comandante do navio-presídio “Raul Soares”, porém, era o capitão de corveta Astolfo Barroso Migueis.

A bordo do navio havia presos que respondiam ao IPM presidido por Bierrenbach; e outros — como Thomas Maack e Boris Vargaftig, professores da USP, e o estudante Tomochi Sumida — que respondiam a inquérito do Exército. O tenente-coronel Sebastião Alvim, da artilharia, deslocava-se a Santos especialmente

para submetê-los a longos interrogatórios. Nestas sessões semanais, Sumida era trancafiado em uma câmara escura e apertada, possivelmente um frigorífico. De tempos em tempos era permitida a entrada de ar. Em seguida, ele era levado para a cabine ao lado da caldeira. Franzino, Sumida parecia ficar a cada dia mais debilitado em razão dessas bruscas mudanças de temperatura.

Em 1968, o tenente-coronel Alvim viria a presidir o IPM do Conjunto Residencial da USP (Crusp), tornando-se responsável pelas brutais torturas sofridas por dois estudantes bolivianos, Jorge Rafael e Juan Antonio Forrastal (*Revista Adusp* 53). Hoje na reserva, o torturador estaria doente. Uma portaria do Ministério da Defesa, de janeiro de 2012, publicada no *Diário Oficial da União*, autorizou a concessão ao oficial de benefícios retroativos a 2008, nos termos da lei, “por necessitar de cuidados permanentes de enfermagem/hospitalização”.

Em abril de 1964, poucos dias depois do golpe contra Jango, quando se encontrava inativo em um cais no Rio de Janeiro, o navio “Raul Soares” foi requisitado pelos militares, pintado de preto e rebocado para Santos, onde chegou no dia 24 para se tornar um insólito presídio flutuante

Victor Martins



Vitorino Nogueira e a esposa Malvina

O navio que se tornou tristemente célebre em Santos foi construído pela companhia Hamburg Süd em 1900, para o transporte de passageiros, tendo sido batizado com o nome de “Cap Verde”, e trouxe muitos migrantes da Europa para a América do Sul. Em 1925, ele foi adaptado para transporte de passageiros e de carga, e rebatizado como “Madeira”. Foi então vendido à companhia Lloyd Brasileiro (hoje extinta). Por fim, em 1964, quando já se encontrava inativo em um cais no Rio de Janeiro, o navio foi requisitado pelos militares, pintado de preto e rebocado para Santos. A chegada ao porto foi em 24 de abril.

A sinistra embarcação integrava um esquema de terrorismo estatal imposto à cidade e à sua população. Além da figura fúnebre do navio, arrastado para próximo da Ilha Barnabé, nas ruas de Santos havia a presença maciça de policiais de todas as forças. Sob ameaça de metralhadoras, sindicatos foram invadidos, centenas de prisões efetuadas. À noite, viaturas varavam as ruas com sirenes ligadas. Anos mais tarde, o livro *Sombras Sobre Santos*, de Carlos Mauri Alexandrino e Ricardo Marques da Silva, trouxe relatos de oficiais que admitiram que a ação em Santos foi exemplar devido à combatividade de sua classe operária. “Santos era o primei-

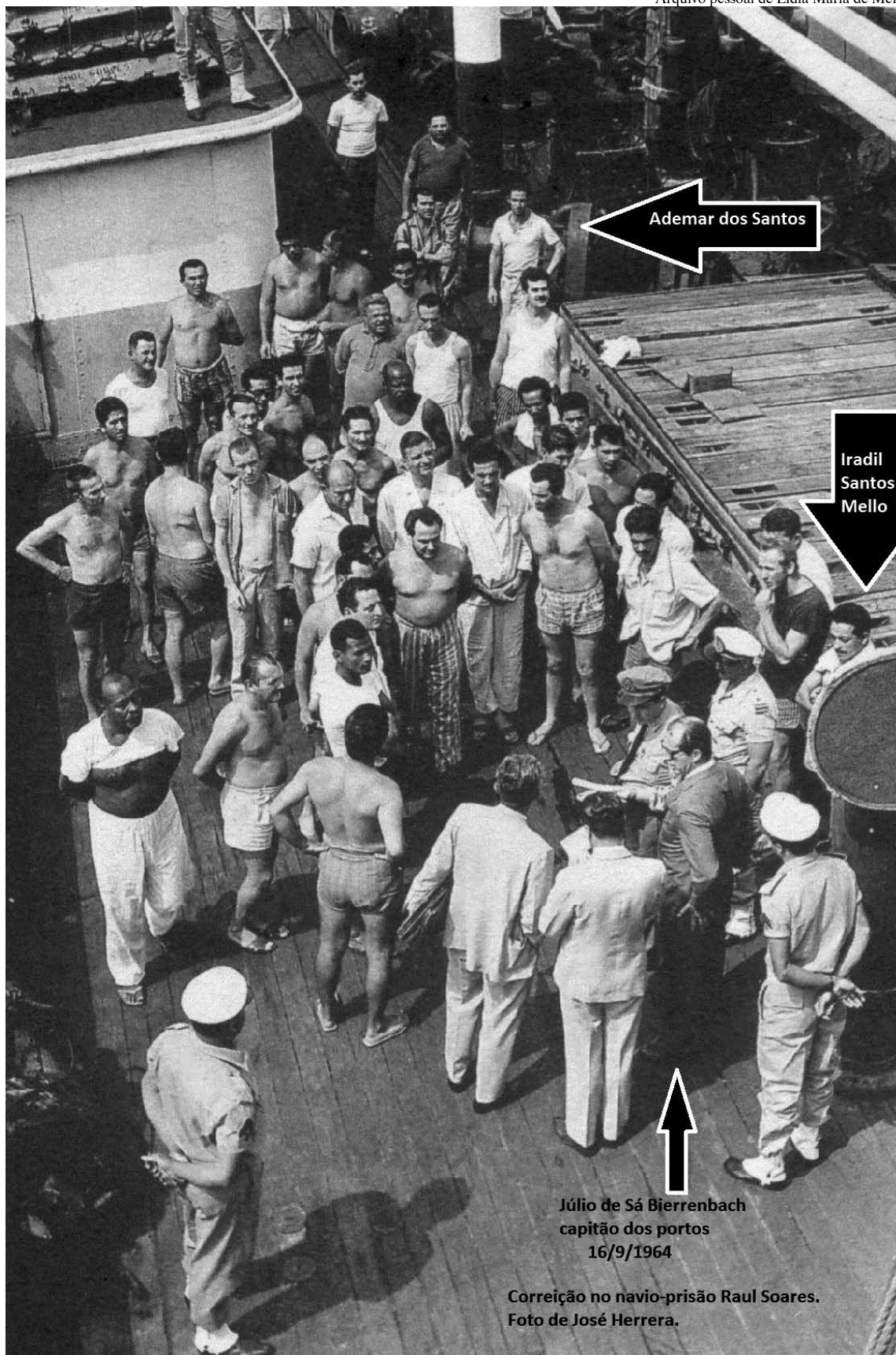
ro soviete”, vociferou o coronel Erasmo Dias, do Exército.

Muito se especulou sobre o número de pessoas que estiveram presas a bordo do “Raul Soares”. O inquérito tinha 129 acusados, alguns dos quais fugiram, ao passo que outros foram transferidos para outras prisões. Não há registro dos militares que lá permaneceram encarcerados por dias ou semanas. Em uma vistoria realizada em 16 de setembro de 1964, determinada pela Justiça, foram relacionados 94 presos. “Pode ser que antes ou depois tenham passado outros”, sugere a jornalista Lídia Maria.

Na Câmara Municipal de Santos, ao ser homenageado em novembro de 2012, o cientista e ex-presos político Thomas Maack deixou claro o que pensa. “Nós queremos saber a verdade. Quem mandou o navio-prisão ‘Raul Soares’ para Santos? Qual foi a linha de comando? Porque é sabendo a verdade que se evita não só as ditaduras futuras, mas também a ruptura de princípios democráticos dentro de sistemas como nós temos presentemente”.

Nascido na Alemanha, Thomas Maack veio para o Brasil ainda bebê, com os pais refugiados do nazismo. Estudou na Faculdade de Medicina da USP, depois se tornou professor-assistente. Deixou o país aos 29 anos, após ter sofrido perseguição e sete meses de cárcere no navio. “Se a Ditadura falhou em quebrar a minha resistência, é por causa do apoio e sustento dos meus companheiros de prisão, principalmente os sindicalistas de Santos”. Desde então, vive em Nova Iorque.

Arquivo pessoal de Lídia Maria de Melo



← Ademar dos Santos

↓ Iradil Santos Mello

↑

Júlio de Sá Bierrenbach
capitão dos portos
16/9/1964

Correição no navio-prisão Raul Soares.
Foto de José Herrera.

“POR MIM OS SENHORES JÁ ESTARIAM FUZILADOS”, DISSE O CAPITÃO A HILDEBRANDO

Maurici de Oliveira
Jornalista

“O episódio ‘Raul Soares’ é um elemento importante a ser divulgado, investigado e esclarecido porque revela bem as características do sistema repressivo imposto desde o início pela Ditadura Militar: violento, discricionário e arbitrário”. Aos 82 anos, é assim que Luiz Hildebrando Pereira da Silva, um dos mais eminentes pesquisadores brasileiros, ex-presos político naquele navio, defende as investigações em curso sobre o uso da embarcação como presídio, em Santos, pelos vitoriosos de 1964.

Militante de esquerda, ligado ao Partido Comunista (PCB), Hildebrando foi desligado da USP pelo Ato Institucional de 1964 (mais tarde denominado AI-1). Em 1969, depois de seu retorno à universidade, foi novamente demitido, desta vez em função do AI-5. As “demissões”, como ele as chama, são expressamente citadas no texto de apresentação do seu currículo Lattes, atualizado em março de 2013. Ao analisar o golpe e a ruptura do código legal vigente à época, ele sugere olhar para o modo como se constrói ou se impõe o novo

comando, baseado na lei do mais forte. O processo de cassação das liberdades leva conseqüentemente ao recrudescimento. “Quando se permite quebrar as garantias democráticas, seja ‘provisoriamente’ ou não, com más ou boas intenções, o setor repressivo, por natureza do movimento, progressivamente assume a direção e o poder de decisão”, ensina o mestre.

Diplomado pela Faculdade de Medicina da USP em 1953, três anos depois Hildebrando tornou-se professor assistente na cadeira de Parasitologia. Antes, havia integrado equipe com Samuel Barnsley Pessoa, na organização do Laboratório de Parasitologia da instituição. Desenvolveu com sucesso pesquisas sobre esquistossomose e doença de Chagas, tornou-se livre docente em 1960, e nos anos seguintes atuou em Bruxelas e em Paris, onde trabalhou no Instituto Pasteur.

Voltou ao Brasil em 1963. Em 1968 tornou-se professor no Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, onde trabalhou com Warwick Kerr, até ser cassado pelo AI-5. Voltou

então a Paris. Na década de 1970, foi convidado por Jacques Monod, diretor do Instituto Pasteur, a organizar uma nova unidade de parasitologia, associando sua experiência em protozoologia médica com a nova formação em biologia molecular, e envolveu-se ativamente nas buscas por uma vacina contra a malária.

Nos anos 1990, ao retornar definitivamente ao Brasil, integrou-se, com o pesquisador Muro Tada, ao Centro de Pesquisa em Medicina Tropical de Porto Velho (RO), organizando a seguir o Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia, posteriormente absorvido pela Fundação Oswaldo Cruz e hoje denominado Fiocruz Rondônia. Hildebrando é ainda membro do Conselho Superior da Capes e conselheiro da Presidência da República.

Uma brincadeira com uma assistente teria motivado a denúncia inicial contra Hildebrando. Quando participava de uma campanha para arrecadar fundos que financiariam a defesa de companheiros presos, foi indagado por uma colega, com

quem tinha relação de amizade, sobre a finalidade dos recursos. Num brincadeira, muito à vontade, encenou cara de mau e respondeu: “É para esconder comunista!”. A graça lhe custaria muito caro mais tarde. Esta e outras histórias, bem como sua passagem pelo “Raul Soares”, o professor contou no livro *Crônicas subversivas de um cientista* (Vieira & Lent, 2012).

“Sou o capitão Azevedo. O senhor está numa prisão militar, sob regime militar, e aqui não se brinca”, declarou o comandante ao preso político Hildebrando. “O governo revolucionário não toma em consideração os compromissos assinados pelo governo anterior, corrupto e subversivo”

Levado para o navio-prisão, Hildebrando respondeu a processo com acusações tão inconsistentes quanto as próprias provas. Sua participação em boletins ou jornais do Centro Acadêmico, ou independentes, e a não adesão à “revolução” (denominação dada pelos militares ao seu próprio movimento golpista), eram algumas das acusações. Foi cassado pela

Ditadura na prática da atividade científica. “Fui preso em Ribeirão Preto, em junho ou julho de 1964, em plena Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A ‘autoridade’ responsável pela prisão foi o delegado de polícia local, que me disse apenas ter recebido ‘ordens’ de ‘autoridade militar’ para deter eu e o professor Michel Rabinovitch e nos transferir a São Paulo sob escolta. Fui assim ‘escoltado’ em ônibus de passageiros até São Paulo, entregue ao DOPS, onde o delegado local me informou que eu estava preso por ordem e ‘à disposição de autoridade militar’, que manifestou ser um oficial de Exército, sem farda e mal encarado”.

No dia seguinte, mudaria de cárcere. “Este oficial, em companhia de outro, me conduziu em um *jeep* juntamente com o professor Boris Vargaftig”. Ele conta que só percebeu o destino quando o carro ganhou a via Anchieta. “Eu compreendi e perguntei: Posso saber aonde os senhores nos levam?”. A resposta veio seca e direta: “Raul Soares”, disse um dos militares no banco da frente. “Rumamos até Santos, onde fomos entregues à Marinha”.

No segundo dia na embarcação, diante do oficial que se apresentou como comandante do navio, Hildebrando começou a sentir o que seria aquele período. “Sou o capitão Azevedo, comandante deste navio. Quero informar que o senhor está numa prisão militar, sob regime militar, e que aqui não se brinca”, dizia o oficial. Altivo, o professor ainda tentou argumentar: “Compreendo perfeitamente. Quero

apenas assinalar que sou prisioneiro político e que tenho meus direitos assegurados pela Convenção de Genebra, que o Brasil assinou”. Segundo ele, não tinha a menor ideia do que dizia a convenção, mas foi o que pensou naquela hora. O militar foi seco e rechaçou a validade da convenção: “O governo revolucionário não toma em consideração os compromissos assinados pelo governo anterior, um governo corrupto e subversivo. Saiba que, por mim, os senhores já estariam todos fuzilados”.

Trancafiado em uma cabine do velho navio, observador privilegiado da natureza, em pouco tempo o prisioneiro já conhecia intimamente a rotina diária. Era acordado por um raio de sol às seis da manhã, momento em que a cansada embarcação tentava, inutilmente, se equilibrar com a cheia da maré. Cada movimento, já sabido previamente pelo encarcerado, era repetido à risca e com precisão. Depois da tentativa de aprumo, a sucata adernava novamente e colava no lodo do canal à frente da Ilha Barnabé.

Sem ter ainda conhecimento do que eram acusados, os prisioneiros do “Raul Soares” conviviam com o medo da tortura ou mesmo da execução sumária, como Hildebrando registrou em seu livro. “No navio se tortura, nós sabemos. Havíamos escutado gritos abafados. Havíamos mesmo visto, nos deslocamentos obrigatórios pelos corredores, a caminho das privadas — simples buracos abertos nas pranchas do tombadilho, com canalizações improvisadas que despejavam os ex-

crementos no mar. Bem em frente a elas, a cela do sargento Xavier, prisioneiro como nós. Tinham-no colocado lá naquela atmosfera empestada de merda e urina, para humilhar e quebrantar o moral. Sua cela, ou melhor, sua gaiola, era iluminada noite e dia pela luz do corredor. Uma tábua, presa às grades, fazia as vezes de assento e de leito, mas era estreita e curta, não permitindo que ele estendesse o corpo para dormir. Enquanto fazíamos as necessidades com o policial apontando a metralhadora em nossa direção, o sargento Xavier nos encorajava”.

Na cela, onde conheceu o estivador Nilo, o cientista enclausurado podia debater e filosofar sobre como resistir e lutar, como relatado em *Crônicas subversivas de um cientista*. O colega de cela discursava que a burguesia tinha a força, o poder e a repressão, mas era cheia de contradições, e que haveria briga interna. “O importante é saber esperar”, dizia. “O tempo não importa, é preciso saber esperar. O importante é saber resistir, por todos os meios. É preciso saber lutar de pé. E, se preciso, saber também morrer de pé”. As palavras do companheiro de infortúnio seriam de grande estímulo para os dias que viriam. Hildebrando lembrava ainda das palavras do líder sindical comunista Roberto Morena, que consolidavam a experiência de diversas prisões: “O importante é saber conservar o moral. Podem te bater ou mesmo te torturar. Sobre isso, não tens controle. Mas não te deixes nunca desmoralizar. É importante fazer saber que tu és superior a eles. Que a Justiça



Luiz Hildebrando Pereira da Silva

e a razão estão do teu lado. É assim que te fazes respeitar. Senão, eles te desmoralizam e te humilham até você virar um saco de batatas”.

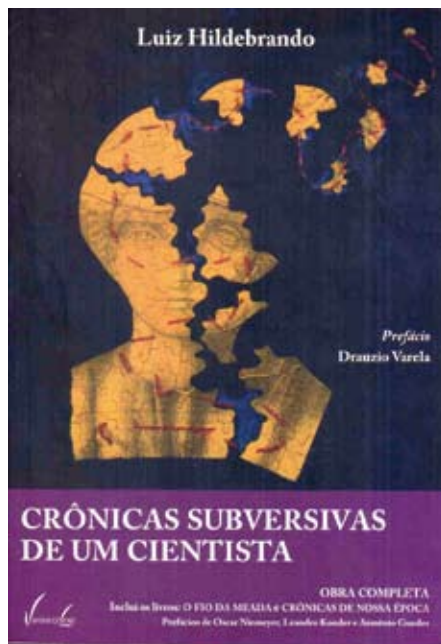
Um dos guardas passou mal e tombou no piso. Metralhadora em punho, começou a soltar espuma pelo canto da boca: “Deitado de costas, apesar das convulsões, continuava segurando a metralhadora com as mãos crispadas em torno da arma e um dedo no gatilho. Essa visão era ameaçadora”

No princípio, livros levados escondidos na valise de médico ajudaram a atravessar os dias. Ao longo do tempo, porém, tentar não virar um saco de batatas passara a ser uma meta. A fuga era uma intenção, mas e depois? Viver na clandestinidade? As questões martelavam a mente do prisioneiro. “Para diminuir o tédio, eu me interessava pelo acontecimento seguinte: o almoço ao meio-dia, sempre servido pelo pequeno marinho e o seu carrinho; o jantar às seis da tarde. O chá mate às nove da noite, uma hora antes de apagarem as luzes. A comida era de má qualidade, mas como nunca fui muito exigente, isso não me causava problema. O difícil era preencher o vazio entre as refeições. Dia sim, dia não, tínhamos direito a uma hora de banho de sol, no tombadilho, a grande felicidade”. Nos dias em que não saía, o prisioneiro impunha-se meia hora de ginástica

e passava o resto da manhã lendo. “Mais difícil era passar o período da tarde. Cinco a seis horas de vazio a se preencher”.

No navio, Hildebrando reencontrou ainda um velho amigo de faculdade: Thomas Maack. “Era o primeiro dia que me deixavam sair da cabine para o banho de sol. Curioso, eu olhava discretamente em torno, à procura de conhecidos. Identifiquei dois ou três dirigentes sindicais que eu conhecia de vista. Vi também Thomas Maack que, de longe, me lançou um sorriso, piscando um olho”, conforme seu relato em *Crônicas subversivas*. O contato, no entanto, não poderia ser mais inusitado.

Um dos guardas da Polícia Marítima que vigiavam os prisioneiros passou mal e tombou no piso. Metralhadora em punho, ele começou a soltar espuma pelo canto da boca, característica de ataque epilético. Segue o relato: “Deitado de costas, apesar das convulsões, ele continuava segurando a metralhadora com as mãos crispadas em torno da arma e um dedo no gatilho. Essa visão era ameaçadora e houve debandada geral. Esperávamos ver explodir a qualquer momento uma rajada de balas. Num reflexo irrefletido de médico, me lancei sobre o policial que se debatia. A primeira coisa que fiz foi arrancar a arma de suas mãos. Mas não havia ainda terminado e senti mãos pesadas se abateendo sobre mim. ‘Sou médico!’, gritei para me livrar do massacre”. Mais atrás, Tomas Maack se apresentara. “Eu também”, ele gritou. “Então você!”, disse Hildebrando.



Obra “subversiva”

“Eu não tinha a mínima ideia do que fazer num caso de ataque epilético”. À noite, quebrando a rotina, em espécie de agradecimento, os guardas permitiram o encontro dos colegas de medicina, que puderam trocar impressões.

O pesquisador destaca o caráter ilegal da prisão a que foi submetido: “No que diz respeito à arbitrariedade, éramos, por exemplo, entre os presos, três professores da Universidade de São Paulo, Thomas Maack, Boris Vargaftig e eu mesmo, cuja qualificação se demonstrou nos anos seguintes, pois se tornaram respectivamente, professores da Universidade de Cornell nos EUA, da Universidade de Campinas e do Instituto Pasteur na França. Como pude esclarecer depois, estávamos presos sem nenhuma acusação precisa, sem ordem judiciária de prisão, apenas derivadas de instruções transmitidas por telefone entre policiais e militares. Havia igualmente, no

‘Raul Soares’, uma centena de sindicalistas”. “O Nilo me informou que eles todos tinham sido presos da mesma maneira”.

Somente em setembro, após três meses no navio-prisão, quando teve acesso aos autos do processo, é que o professor caiu em si. “Eu pensava que a prisão se devia às atividades que estávamos desenvolvendo no Congresso da SBPC para apresentação de um manifesto da entidade denunciando as arbitrariedades do governo militar contra as universidades, institutos de pesquisa e seus professores e pesquisadores no Brasil. Na verdade, a iniciativa da prisão vinha da própria Universidade de São Paulo que havia aberto um ‘Inquérito sobre atividades subversivas na USP’. Isso explicava que Boris e eu mesmo fizéssemos parte do rol de prisioneiros, assim como o Michel Rabinovitch, que tinha sido procurado pela polícia de Ribeirão Preto mas que, prevenido a tempo, safou-se fugindo para São Paulo, de onde, alguns dias depois, se safou, conseguindo (não sei como) embarcar para Nova York onde se tornou grande pesquisador do Instituto Rockefeller”.

Na entrevista à *Revista Adusp*, o professor dá a sua opinião sobre as investigações em curso. “Já que a Comissão da Verdade está procurando responsáveis pelas violências e arbitrariedades cometidas na USP é bom que ela saiba que foram também de responsabilidade da Reitoria e do Conselho Universitário. Como não sou dedo-duro não cito nomes, mas quem quiser saber leia o meu livro”.

O NAVIO FICOU TATUADO NA HISTÓRIA DA CIDADE

Apesar de relativamente curto o período de permanência do “Raul Soares” em Santos, as sequelas desta passagem ficariam para sempre na vida dos ex-presos políticos e seus familiares. A investigação pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) vem tardiamente, mas é importante que se faça: “Ainda há a necessidade de esclarecer onde estão os corpos dos desaparecidos políticos. As famílias têm o direito a viver o luto e a encerrar isso”, afirma Lídia Maria de Melo, jornalista, autora do livro *Raul Soares, um navio tatuado em nós*, lançado em 1995.

Filha do sindicalista Iradil dos Santos Mello, falecido em 1999, Lídia experimentou — tal como milhares de familiares de presos políticos da Ditadura Militar (1964-1985) — o medo, a insegurança, os constrangimentos, os processos judiciais infundáveis, o desemprego. A necessidade de a mãe assumir as finanças da casa, a separação dos pais, e uma vida

para sempre marcada compõem a realidade do casal Iradil e Mercedes Gomes de Sá e de suas três filhas. Laura, brilhante na escola, conhecedora de política e leitora de discursos para o pai, faleceria aos 16 anos. Lídia, a filha do meio, é professora universitária e editora no jornal *A Tribuna*, de Santos. Lúcia Maria, a mais nova, é arquiteta e jornalista.

Iradil, funcionário da Companhia das Docas (Codesp), diretor do Sindicato dos Operários Portuários, havia participado, em 1964, de atos públicos liderados pelo então presidente João Goulart. Também estivera envolvido em uma greve no porto, quando trabalhadores recusaram-se a descarregar uma carga de víveres apodrecidos. Por causa desta greve, havia sido preso e posteriormente colocado em liberdade. Os dois episódios seriam usados contra ele após o golpe militar.

Em agosto, Lídia, com seis anos de idade, percebeu que algo de ruim acontecera. “Estávamos na

escola, dentro do sindicato. Minha mãe chegou e nós estávamos no pátio, cantando, ensaiando, possivelmente para a comemoração do Dia do Soldado. Vi o nariz dela vermelho. Vi que ela tinha chorado. Tinha acontecido alguma coisa com o meu pai”.

A prisão já não era surpresa. Na noite de 1º de abril, enquanto o golpe se descortinava, Iradil permaneceu no sindicato, com alguns outros diretores. “Ele conta que pela manhã recebeu um telefonema de alguém que perguntou se eles já estavam prontos e tinham aprontado as armas. Nós estamos indo para aí, dizia o autor da ligação”. Nesse mesmo dia, todos foram presos sob ameaça de metralhadoras, por um numeroso contingente de soldados do Exército, Aeronáutica, Marinha e Polícia Marítima. Os sindicalistas foram levados para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Santos, na rua São Francisco, onde ainda hoje é a sede da Polícia Civil. “Ele ficou lá uma semana, embora

eu tenha um documento que apon-
te apenas um dia”, pontua Lída.

*Em meados de agosto, findo
o IPM, as prisões preventivas
foram decretadas. Sem obter
de Iradil as respostas que
queria, o delegado afirmou:
“Bem, o senhor não quer
colaborar, por isso vai para o
‘Raul Soares’, que está ali na
boca do rio Sandi”*

A partir desta data, os interroga-
tórios foram constantes. Até que em
meados de agosto, concluído o IPM
da Orla Marítima de Santos, com mais
de 100 nomes, as prisões preventivas
foram decretadas. “Ele foi chamado
novamente. O delegado era o Bene-
dito Lélis. As perguntas, muitas vezes,
não tinham nexo, com o objetivo claro
de desestabilizar psicologicamente.
Perguntavam: ‘O senhor conhece o
Irادil Santos Mello? Ele é comunista?
O senhor acredita em Deus, é cató-
lico? Conhece Antonio Rodrigues?
Ele é comunista desde a época de es-
tudante?’ Batiam sempre nesta tecla
com [o sindicalista] Antoninho Rodri-
gues. Sem ter as respostas que queria,
o delegado afirmou: ‘Bem, o senhor
não quer colaborar, por isso o senhor
vai para o Raul Soares, que está ali na
boca do rio Sandi’”.

No cárcere, Irادil viu presos se-
rem torturados, sofreu tortura psico-



Mercedes, Lída e Irادil no lançamento do livro, em 1995

lógica e maus tratos. Quando alguém
deixava o navio e não retornava o
ambiente era de pânico, pois se temia
que tivesse sido morto. No “Raul So-
ares”, Irادil permaneceu até setem-
bro. Assim que saiu, descobriu que o
pesadelo tinha só começado.

Foi demitido da Codesp e, sem
conseguir arrumar emprego, a vida
tornou-se cada dia mais difícil. A
esposa Mercedes lançou-se ao tra-
balho e assumiu o controle da casa.
A filha mais velha, Laura, adoeceu,
acometida por um mal autoimune, e
faleceu precocemente. “Com certe-
za, toda aquela situação colaborou”,
acredita Lída. Inteligente e aplica-
da, Laura era a mais entrosada com
o pai, compreendendo e sentindo
o drama vivido por ele. A própria
Lída contraiu lúpus, outra doença
autoimune. “Só melhorei depois que
consegui escrever e falar sobre aque-
la história, em 1985, no trabalho de
conclusão do curso de Jornalismo”.

Irادil viu-se livre, mas perdeu o
emprego na Codesp e a condição
de diretor sindical, ambos cassa-

dos pela Ditadura. Com a edição
do Ato Institucional número 2, os
processos passaram da Justiça co-
mum para a Justiça Militar. “Como
poderia um civil ser julgado por
militares?”, questiona Lída, emen-
dando que nesta época o advogado
dos acusados, temendo represálias,
abandonou a causa. Foram vários
anos respondendo a processos e
lutando para garantir direitos. So-
mente em 1973 uma decisão judi-
cial reintegrou Irادil à Codesp.

Após a adoção da Lei de Anis-
tia, em 1979, na primeira leva de
anistiados e reintegrados estava
Irادil. Nas Docas, permaneceu até
1991 e saiu por vontade própria.
Para Lída, chamada a depor na
CNV em janeiro de 2013, o encon-
tro com outros familiares de víti-
mas da Ditadura reavivou emoções
profundas. “Cada uma daquelas
pessoas, a seu modo, vivendo algo
parecido. Estas pessoas precisavam
ter chorado, lá atrás, mas é impor-
tante a apuração e a divulgação do
fato para as novas gerações”.